

→ **Quinta-feira**

TERESINA ANO XX
27 08 2015 Nº 8434

meionorte.com

meionorte

criticasesuquestoes@meionorte.com

FECHAMENTO

21h50
CAPITAL E INTERIOR R\$ 2,50
OUTROS ESTADOS R\$ 3,00

DOLAR

	Compra	Venda
Comercial	3,599	3,601
Turismo	3,490	3,620

VALORES

Poupança	0,72%
INSS	20%
IR	15%

EURO

	Compra	Venda
	4,066	4,070

TEMPO

Nascente	5h53
Poente	17h53
Máxima	38º
Mínima	24º



O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA, Fábio Abreu, e o presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Luciano Nunes, assinaram ontem termo de cooperação com o objetivo de fortalecer o banco de dados do laboratório de lavagem de dinheiro e combate à corrupção. "O TCE possui um banco de dados importante que pode ajudar a alimentar o laboratório. Se houver indícios de ilícito, fraudes ou movimentação financeira anormal, pode acontecer investigação. Esta dinâmica não distingue pessoas. Temos certeza que o combate à corrupção será positivo", afirmou o secretário Fábio Abreu.

LÍDER EM CREDIBILIDADE

O Dia

Roda Viva

Da equipe
jornal@portalodia.com

Combate à corrupção

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) assinou ontem convênio de cooperação técnica com a Secretaria de Segurança do Piauí para a troca de informações sobre apurações realizadas nos municípios e órgãos do Estado, com o objetivo de combater a corrupção e o desvio de dinheiro público. É mais uma tentativa dos órgãos públicos de evitar desvios de recursos dentro do próprio poder público. Mas na verdade, só funcionará que a população participar, pois é sabido que nenhum dinheiro é desviado sem que alguém não perceba ou participe além do principal mentor.



Arimatéia Azevedo

arimateia@portalaz.com.br
@arimateiazevedo



Sem crise

Olha aí um prefeito que sorri à toa: Joãozinho Manu, de São João da Serra, teve suas contas aprovadas com unanimidade pelo TCE.

E vangloria-se, pois é, possivelmente, junto com Gustavo Medeiros, de União, os únicos prefeitos no Piauí que tem dinheiro em caixa.

João Manu está chutando pra crise, paga em dia e não deve a ninguém.



27/08/15, 08:46

TCE comemora 116 anos com entrega do Colar do Mérito a autoridades

Imprimir

Curtir Compartilhar 0

+1 0

Tweeter 0

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE) completa 116 anos e vai marcar a data com uma sessão solene especial, na qual irá homenagear 12 personalidades com a medalha Colar do Mérito, que é entregue às pessoas e entidades que tenham contribuído, de alguma forma, para a causa do controle externo, já que esta é a missão principal do TCE. O Tribunal é o mais antigo dos Tribunais de Contas dos Estados brasileiros.

Confira também

Presidente do TJ/PI entrega colar do mérito judiciário para personalidades

Homenagens e selo marcam aniversário de 120 anos do TJ/PI

Dia do Piauí será comemorado com solenidades em Parnaíba

Lindsay Lohan não devolveu colar porque estava "muito ocupada"

Ao longo dos anos, o Tribunal vem aprimorando seu trabalho de fiscalização e prevenção de desvio dos recursos públicos, para evitar que o dinheiro do contribuinte seja usado indevidamente. Para isso, investiu em tecnologia da informação, criando mecanismos que permitem o acompanhamento simultâneo das licitações, contratações e realizações de obras pelo poder público. O cidadão comum também é estimulado a acompanhar e fiscalizar o poder público. No portal do TCE (www.tce.pi.gov.br), é possível ver como os gestores públicos estão administrando o Erário, por meio dos links Obras Web, Licitações Web e RH Web.

A solenidade de aniversário do Tribunal de Contas acontece nesta sexta, dia 28 de agosto, às 10h, no auditório da instituição.

Este ano, serão agraciados com a medalha: conselheiro Anfrísio Lobão Castelo Branco, conselheiro Antônio de Barros Araújo (in memoriam), Antônio Luís Soares Santos, Antônio de Moura Borges, Fábio Henrique Mendonça Xavier de Oliveira, Joaquim Barbosa de Almeida Neto, Leida Diniz, Raimundo Álvares Rocha, Maestro Aurélio Melo, Ubiraci Rocha, Valdira Soares e Washington Bonfim.

No mesmo dia, será lançada a 19ª edição da Revista Técnica do TCE que, este ano, faz uma homenagem especial à artista plástica piauiense Dora Parentes.

redacao@cidadeverde.com



Acesso à informação - 26/08/2015 às 17h44

Novo sistema garante que prefeitos do PI cumpram lei da transparência

APPM lançou nova 'plataforma digital' para que gestores divulguem gastos de suas gestões



Como ir do estágio à gerência



transparência do município paralelo com o da APPM e de forma integrada, onde estarão demonstrados todos os dados referente aos gasto da gestão, conforme, manda a regulamentação", explica.

A Associação Piauiense de Municípios (APPM) uma reunião na tarde desta quarta-feira (26/08) com vários prefeitos, membros do Ministério Público de Contas, do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e outras autoridades, para apresentar o novo Portal da Transparência da APPM onde os municípios de todo estado poderão usar a mesma plataforma para se adequarem as novas exigências da 'Lei da Transparência'.

O técnico do portal, Gabriel Freitas, explica que a nova plataforma do sistema está mais completa e segue todas as recomendações de órgãos como Ministério Público e o TCE. "Esse portal já funciona desde 2013, mais agora está cumprindo todas as determinações da Lei. Nós nos reunimos com os representantes dos órgãos de fiscalização e eles nos passaram todas as exigências do que deve apresentar um portal de transparência de uma gestão municipal", diz Gabriel.

Gabriel ainda ressalta que através dessa nova plataforma os municípios poderão ter seu portal junto com o portal da transparência da APPM. "O gestor que aderir ao sistema vai ter um [site](#) oficial da

Segundo o representante do portal da APPM, Sérgio Gallas, mais de 110 municípios já estão usando o sistema disponível através da Associação. "Nesse novo sistema implementamos todas as adequações sugeridas dos órgãos de fiscalização, o que garantirá que os gestores não tenham problemas com a transparências de suas contas", afirma Sérgio.

O novo sistema recebeu o aval do Tribunal de Contas do Estado que, também, participará da capacitação com os servidores dos municípios que desejam aderir ao novo sistema. "A Lei de Acesso à Informação já vigora e o prazo máximo para os municípios se adequarem se extinguiu em 2013, mas, mesmo assim, muitos ainda não tem essa transparência que também prevê a existência de um portal. Diante disso, a APPM nos procurou e nos apresentou esse novo modelo, que nós apoiamos por cumprir as determinações da lei", destacou Marcio Vasconcelos, procurador geral do Ministério Público de Contas, órgão atrelado ao TCE.



Membros da APPM, TCE, OAB e prefeitos compareceram a reunião de prefeitos

O procurador ainda revela quais sanções os prefeitos podem sofrer, caso não se adequem a lei. "Além de seu multado pelo TCE e poderá ser julgado pela irregularidade na prestação de contas, podendo se tornar inelegível. O gestor corre, ainda, o risco de sofrer um processo de improbidade administrativo junto ao Ministério Público Estadual", informa Marcio Vasconcelos.

Para o prefeito do município de São Miguel da Baixa Grande, Afonso Damásio, afirmou que todo gestor tem a obrigação de dar transparência aos seus atos. "Em nossa cidade já temos um portal da transparência próprio, que contém todas as informações sobre gastos, fornecedores e credores da Prefeitura e divulga todas as nossas ações. Qualquer pessoa da população pode ter acesso. Vemos essa reunião na APPM com bons olhos, pois queremos estar sempre adequados com o que determina a lei", garante Afonso.



Prefeito de São Miguel da Baixa Grande, Afonso Damásio, e sua equipe participaram do encontro

O prefeito da cidade de Água Branca, Jonas Moura, destaca que essa reunião é uma oportunidade para os gestores tirarem suas dúvidas e conseguirem se adequar as exigências da Lei. "As gestões municipais ainda tem dificuldades de entender e cumprir todas as determinações. Em nossa cidade, nós já iniciamos esse processo, mas ele ainda foi terminado por completo e estamos implantando um sistema que garantir o acesso da população a todas essas informações sobre a gestão. Espero que hoje a APPM possa nos dar as ferramentas que precisamos para cumprir o que manda lei, o que é obrigação de todo gestor", afirma Jonas.

De acordo com o presidente da APPM, Arinaldo Leal, o Ministério Público estava notificando alguns prefeitos no interior do estado e, diante disso, a Associação procurou a Procuradoria Geral para que os gestores tivessem um prazo maior para se adequar a legislação. "A partir daí, nos procuramos os órgãos que nos orientaram sobre a legislação e agora, estamos disponibilizando para os gestores um sistema de portal de transparência com a plataforma necessária para o cumprimento da lei", garante Arinaldo.

CAPACITAÇÃO

Além da apresentação do novo sistema nesta quarta-feira, a APPM promove um capacitação com todos os gestores municipais, juntamente com representantes do Ministério Público Estadual (MPE), Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) e Ministério Público de Contas para esclarecer e cientificar todos os gestores da necessidade de cumprimento da Lei nº 12.527/2011, Lei da Transparência, bem como, a utilização do novo sistema do portal da transparência da APPM. O evento acontece nos dias 26 e 27 de agosto, no auditório da Associação.

Segurança e TCE-PI firmam parceria para agilizar o combate à corrupção

Num dos estados mais corruptos do Brasil, instituições se unem para combater o desvio de recursos

Curtr 3

Tweet 0

8+1 0

Compartilhar



Até que enfim...

O Tribunal de Contas do Estado anunciou através da página da instituição na internet, que assinou um convênio de cooperação com a Secretaria de Segurança Pública do Piauí visando a troca de informações sobre apurações realizadas nos municípios e órgãos do Governo do Estado, "com o objetivo de combater a corrupção e o desvio de dinheiro público".

Durante o ato estavam presentes além do presidente do TCE, conselheiro Luciano Nunes, o Secretário de Segurança, Fábio Abreu e o delegado geral de Polícia Civil, Riedel Batista.

Com a assinatura, o Tribunal fornecerá "acesso on line aos sistemas LicitaçõesWeb, ObrasWeb, Sagres e RH Web, mediante credenciamento prévio dos servidores determinados pela Secretaria de Segurança".

Em troca, "a Secretaria também se compromete a repassar as informações possíveis sobre o trabalho de investigação e apuração desenvolvido junto aos gestores públicos".

O site reproduziu uma declaração do delegado geral na qual ela afirma que "a corrupção tem que ser combatida de forma firme e perene".



Ato de assinatura de parceria entre o TCE e a Secretaria de Segurança para combater os ratos do erário.

É PRECISO ESTRUTURAR

É preciso, entretanto, que o governo ajude a aparelhar a Polícia Civil, que destine mais recursos para ajudar a fomentar a estrutura necessária para se evitar a sangria do dinheiro público.

Míopes, os gestores que passam pelo Palácio de Karnak parecem - ou por falta de interesse, ou porque se refestelam em acordos nada republicanos - não perceber, que a boa e integral aplicação do dinheiro público, a curto, médio e longo prazo, contribui para o crescimento do estado, ainda que sejam escassos esses recursos. O problema é que estão roubando é do pouco mesmo.

É necessário estancar a malversação de dinheiro oriundo do erário, principalmente, de setores como a Educação, a Saúde e a infraestrutura - das básicas à complexas obras.

PREFEITURAS

As prefeituras piauienses são hoje um dos maiores focos de corrupção do estado. Há no Piauí, por exemplo, um pesado esquema em alugueis de carros, além de muitos outros, que abrangem muitas empresas, como o ramo da terceirização.

Daí se vai longe: licitações fraudulentas, concursos feitos para alocar familiares e amigos. Tudo elaborado, minuciosamente, para dilapidar o patrimônio público ou dele se usufruir.



Delegado Geral de Polícia Civil, Riedel Batista, que esteve presente ao ato de assinatura. Segundo ele, 'a corrupção tem que ser combatida de forma firme e perene'

Há, inclusive, focos de corrupção em território piauiense, que a Polícia Civil, infelizmente, não vai poder atuar, porque situa-se em grotões em que quem está no poder são pessoas e até familiares ligados aos mandatários de plantão, e assim, estão literalmente roubando com a conivência de muitos.

E o que é pior, há no seio político uma classe totalmente despreparada e conivente que confunde o público com o privado, e muitos não temem meter a mão no que é alheio - neste caso de todos, seja para enriquecer ilicitamente, seja para financiar campanhas pessoais ou dos mais próximos.

Os grandes estão à solta e atuando, e muitas da vezes atuando até para calar quem tem o poder de denunciar ou expor esses atos.

Período que antecede eleições municipais é uma festa, acrescente-se.

ESTA AÍ...

Quem dera se os parlamentares piauienses ao invés de destinarem emendas para associações suspeitas, passassem a destinar esses valores para a montagem de um centro de excelência de combate à corrupção dentro da Polícia Civil, com uma delegacia legalizada e em pleno vigor e liberdade em sua atuação.

O estado ganharia, evitaria o desperdício de recursos, o investimento se mostraria rentável e ajudariam a intimidar os corruptos, o problema é que...

Repórter: Rômulo Rocha

Fonte: com informações da SSP-PI

Publicado Por: Gil Oliveira